

CORREIO PAULISTANO

Reprodução/Youtube



Processo analisou disputa pela Prefeitura de São Paulo

Marçal é condenado a R\$ 100 mil de indenização a Boulos

A Justiça de São Paulo condenou o empresário Pablo Marçal, do PRTB, ao pagamento de R\$ 100 mil por danos morais ao deputado federal Guilherme Boulos, do PSOL. A decisão se refere à divulgação de informações falsas durante a campanha para a Prefeitura de São Paulo, em 2024, e ainda cabe recurso. O processo analisou uma série de falas de Marçal ao adversário ao longo da disputa eleitoral. Entre as condutas apontadas estão associações diretas entre a imagem de Boulos e o uso de cocaína, feitas de forma reiterada em debates públicos e em conteúdos publicados nas redes sociais. As ações incluíram, na época da campanha, gestos e expressões depreciativas com o objetivo de insinuar o consumo da droga.

O suposto laudo médico na campanha

Além dos ataques verbais, o empresário também divulgou, às vésperas do primeiro turno, um documento apresentado como laudo médico que indicaria o uso de entorpecentes por Boulos. A Justiça Eleitoral identificou indícios de falsificação no material, incluindo assinatura falsa, e determinou a retirada imediata do conteúdo das plataformas digitais ainda durante o período de campanha para a Prefeitura da cidade de São Paulo.

Reprodução/Redes sociais



Ninguém houve feridos nem registro de danos graves

Balão cai em casa de Guaianazes

Um balão de grandes proporções caiu sobre uma residência na região da Avenida dos Nordestinos, em Guaianazes, na Zona Leste de São Paulo, no fim da noite de sábado. O incidente aconteceu por volta da meia-noite e chamou a atenção de moradores, que registraram a cena em vídeos e imagens. No momento em que o balão atingiu o imóvel, fogos de artifício acoplados à estrutura começaram a estourar, aumentando o risco de incêndio e causando apreensão na vizinhança. Apesar do impacto e das explosões, ninguém ficou ferido.

Soltar balões é proibido por lei

Não houve registros de danos graves à casa atingida pelo balão. Os responsáveis pelo balão não foram localizados pelas autoridades. Caso sejam identificados, poderão responder criminalmente, já que a fabricação, o transporte e a soltura de balões são proibidos por lei no Brasil. A prática é considerada crime ambiental e prevê pena de um a três anos de prisão, além da aplicação de multa.

Ano Novo Chinês 1

Cores vibrantes, danças tradicionais, apresentações musicais e o aroma de pratos típicos marcaram a movimentação da Praça da Liberdade, no Centro de São Paulo, no último sábado (31). O principal reduto da cultura asiática na capital paulista começou as comemorações do Ano Novo Chinês 2026.

Ano Novo Chinês 2

O evento foi realizado, mesmo com a data oficial marcada apenas para 17 de fevereiro. A celebração integra a 21ª edição da festa do Ano Novo Chinês na cidade e atraiu moradores e turistas interessados em acompanhar a chegada do Ano do Cavalo de Fogo, associado a atributos como vitalidade e força.

Prêmio Betinho 1

A Câmara Municipal de São Paulo abriu nesta segunda-feira (2) as inscrições para o Prêmio Betinho de Democracia e Cidadania 2026. O prazo se encerra em 30 de abril, às 17h. A premiação reconhece atividades, programas e projetos de combate à fome, à miséria e, também, à violência na capital paulista.

Prêmio Betinho 2

Os participantes podem concorrer com um ou mais trabalhos. As atividades serão avaliadas por uma comissão julgadora formada por diversas entidades. O Prêmio Betinho foi criado pela Câmara Municipal no ano de 1997 e homenageia o sociólogo Herbert de Souza – o Betinho, que liderou a maior campanha contra a fome no país.

Câmara 1

A Câmara de SP inicia nesta terça-feira (3) os trabalhos legislativos de 2026 sem a presença do presidente da Casa, Ricardo Teixeira (União Brasil). O vereador pediu afastamento do cargo por 38 dias para tratar de questões de saúde. Ele foi reeleito para o segundo mandato consecutivo na presidência da Câmara.

Câmara 2

O presidente está em tratamento contra herpes zoster, uma infecção viral provocada pela reativação do vírus da catapora, que pode permanecer inativo no organismo por décadas. A doença é mais comum em pessoas acima dos 50 anos (Teixeira tem 67) e costuma estar associada a quadros de baixa imunidade.



Fachada da Faculdade de Direito da USP, Centro de SP

Audiência discute requalificação do Largo SF

Proposta será apresentada em encontro no dia 10 de fevereiro

Da Redação

A Prefeitura de São Paulo promove, no dia 10 de fevereiro, às 19h, uma audiência pública para apresentar a proposta de requalificação do Largo São Francisco, localizado no centro histórico da capital. O encontro será realizado no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e é aberto à participação da população.

A iniciativa é conduzida pela São Paulo Urbanismo em conjunto com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento e integra um processo de participação social voltado à definição de diretrizes para intervenções no largo e em seu entorno. O objetivo é qualificar o espaço público, conciliando a preservação do patrimônio histórico com as demandas atuais de circulação, convivência e uso urbano.

Durante a audiência, técnicos da prefeitura vão apresentar os estudos desenvolvidos até o momento, além de incorporar contribuições da sociedade civil para a definição de prioridades e soluções urbanísticas. A proposta prevê a construção coletiva de um projeto que valorize a identidade do Largo São Francisco e amplie sua função como espaço público acessível e inclusivo.

Também serão divulgados os resultados da consulta pública on-line realizada entre 17 de dezembro de 2025 e 14 de ja-

neiro de 2026, por meio da plataforma Participe+. O levantamento reuniu mais de duas mil respostas, entre manifestações abertas e fechadas, enviadas por moradores, usuários da região e representantes de instituições ligadas ao local. As contribuições apontaram desafios e potencialidades do espaço, servindo de base para o aprimoramento da proposta apresentada.

O processo participativo está vinculado à Manifestação de Interesse Social protocolada pela Faculdade de Direito da USP e pela Associação dos Antigos Alunos da instituição, que sugerem a requalificação do largo como forma de fortalecer sua função urbana e cultural.

Situado em uma área de grande fluxo de pedestres e cercado por edifícios históricos e equipamentos educacionais e religiosos, o Largo São Francisco demanda intervenções que respeitem seu valor simbólico e arquitetônico. Entre as diretrizes do projeto estão a ampliação e qualificação das calçadas com acessibilidade universal, a criação de áreas de permanência com mobiliário urbano, a redução do espaço destinado aos veículos e a priorização do pedestre.

A proposta também prevê o aumento da arborização, a ampliação de áreas permeáveis, o fortalecimento das conexões com outros espaços públicos e a valorização do patrimônio cultural.